

## **Os limites do capital: a transformação do capitalista industrial em mero dirigente**

**Fernando Marcelino**

A crítica ao capitalismo global retoma sua atualidade diante do aprofundamento da atual crise. Por serem os dois lados de uma mesma estrutura contraditória, capital e crise se manifestam explosivamente colocando hoje em risco a própria existência humana. Como força totalizadora, o mercado mundial vislumbrado por Marx se efetivou, subordinando aos seus imperativos existenciais de acumulação e expansão do capital as relações sociais e internacionais sob uma negação radical do trabalho social total e da natureza. Dessa forma, os limites externos ao seu desdobramento se encontram com seus limites internos, trazendo a tona sua destrutiva incapacidade de mediação recíproca entre os pólos opostos e contraditórios do capital que subordina estruturalmente o trabalho. Em sua ascendência histórica o capital se reproduzia de forma ampliada numa dialética que “destruía para produzir” suas relações com o trabalho. Com o fim de sua ascendência histórica e a emergência da crise estrutural do capital, essa reciprocidade hierárquica se tornou uma “via de mão única” onde progressivamente o capital necessita extorquir a qualquer custo os ganhos históricos do trabalho numa permanente depressão de suas condições de vida socioeconômica e política. Emerge uma época histórica *qualitativamente nova* da qual, ao mesmo tempo em que presenciamos posturas cada vez mais agressivas do capital devida suas margens reduzidas de expansão sob uma utilização crescente da violência do Estado, os instrumentos e instituições de luta socialista forjadas historicamente se tornam anacrônicas forçando, dessa maneira, uma pressão objetiva por sua reestruturação radical no sentido de serem capazes de ir ao encontro com o novo *desafio histórico* que não apenas negue a ordem dominante, mas, ao mesmo tempo, seja capaz de exercer funções vitais positivas de controle na forma de auto-atividade e autogestão. Abre-se com a crise estrutural, portanto, a brecha histórica para a transição ao socialismo que, para Marx, depende, mas não somente, do esgotamento da “forma social” estabelecida. Entretanto, é apenas a autodeterminação radical da ação política efetiva que

abre as portas da História transformando os “choques de transição”, típicos de períodos de crise, numa *permanente* reestruturação das mediações sociais para além do capital.

## **I. Os limites absolutos do capital global**

O que Karl Marx pode nos trazer de seu ensino tardio para a compreensão da atual crise e a aparente “autonomização” do capital financeiro? Sobre esse ensino, sem dúvida, muito está sendo negligenciado fazendo com que muitas das atuais discussões da esquerda se reduzam aos parâmetros das escolas nekeynesianas de plantão. Para esses “prestigiados economistas”, tanto as condições do processo de produção capitalista são naturais como a ascensão do sistema financeiro global foi um resultado de falta de regulação ou de uma virada conservadora neoliberal. Em conseqüência, nada apreendem do processo de reprodução do capital global. Marx os chamaria de românticos em que “o conteúdo consiste em preconceitos correntes, oriundos da aparência mais superficial das coisas” (2008, p. 526).

Sabemos que, para Marx, o *movimento expansivo* do capital não tem limites. Seu processo incansável de acumulação se dá pela eternização da circulação de dinheiro como capital reafirmando constantemente a divisão hierárquica e estrutural em relação ao trabalho. Sua *raison d'être* é a circularidade perversa de seu processo de acumulação e expansão sempre ampliada que impõem formas de mediação entre os homens e da humanidade com a natureza que hoje já colocam *seriamente* em risco a existência humana. Entretanto, para Marx, a reprodução ampliada do capital (em suas diversas formas) abarcando extensivamente e intensivamente todos os cantos do mundo é o pressuposto para a construção de uma ordem social qualitativamente diferente e não, como muitos conservadores e até mesmo esquerdistas costumam clamar (explicitamente ou não), o “fim da história” onde efetivamente “não há alternativa” a democracia liberal capitalista. Como escreve Marx em O Capital:

Na medida em que o processo de trabalho é apenas processo entre ser humano e natureza, seus elementos simples não mudam com as formas sociais de seu desenvolvimento. Mas toda forma histórica do processo de trabalho prossegue desenvolvendo os fundamentos materiais e as formas sociais do correspondente processo. Atingindo certo nível de amadurecimento, afasta-se essa forma histórica determinada que é sucedida por outra *superior*. Evidencia-se que chegou o momento de uma crise dessa natureza, quando se ampliam e se aprofundam a contradição e a oposição, entrechocando-se, de um lado, as

relações de distribuição, portanto determinada configuração histórica das correspondentes relações de produção, e, do outro, as forças produtivas, a capacidade de produção e o desenvolvimento dos elementos propulsores. *Entram, então, em conflito o desenvolvimento material da produção e a forma social dela* (Marx, 2008, p. 1160).

Marx não vislumbrava esse conflito explosivo em sua época. Naturalmente, uma das questões mais espinhosas para o materialismo dialético é exatamente contemplar os *limites estruturais e temporais do sistema do capital em sua totalidade* em que, de maneira irreprimível, “entram em conflito o desenvolvimento material da produção e a forma social”. Esse momento histórico em que “entram em conflito” o desenvolvimento material e a forma social não significa o súbito colapso do capital numa passagem mecânica para um socialismo. Longe disso, esse momento trás à tona o desdobramento dos *limites estruturais* do sistema que, numa passagem mediada, passa de forças produtivas para forças destrutivas.

Quem trouxe à tona a dinâmica histórica dos limites estruturais do capital em toda sua complexidade e densidade foi o filósofo István Mészáros<sup>1</sup>. Para o húngaro, a crise

---

<sup>1</sup> Ver o magistral livro *Para além do capital* publicado pela Boitempo (2006). Temos diversas interpretações marxistas da crise. Para Robert Brenner, nos Estados Unidos, desde o fim da década de 1960, o crescimento econômico vem se desacelerando pelo excesso de capacidade no setor manufatureiro internacional, apresentando, como consequência, uma queda acentuada na lucratividade corporativa manufatureira, trazendo uma persistente estagnação salarial, desemprego e uma sucessão de crises que não se viam desde 1930. Os investimentos produtivos caíram vertiginosamente e a demanda apresenta correntemente um estado crítico. Diante da recuperação econômica, primeiramente da Alemanha e do Japão na segunda metade da década de 1960 e suas produções com custos menores, o mercado mundial ficou cada vez mais comprimido numa supressão crescente da demanda internacional incitando, dessa forma, o excesso de produção e capacidade sem um escoadouro segura e estável. Esses países, ao combinar técnicas relativamente avançadas com salários relativamente baixos para reduzir os mesmo bens produzidos na economia norte-americana, conseguiram impor seus preços relativamente baixos no mercado mundial e inchar de modo dramático suas cotas desse mercado mantendo suas antigas taxas de lucro. Os produtores norte-americanos se viram confrontados com preços concorrentes menores que os impunham um crescimento econômico mais lento e pouco vigoroso reduzindo as fatias do mercado. Essa queda de lucratividade pelo excesso de capacidade e de produção fabril acabou sendo responsável pela redução das taxas de acumulação de capital, a raiz da estagnação econômica de longa duração desde o último quartel do século XX acarretando níveis reduzidos de crescimento da produção e da produtividade, baixo aumento salarial e crescente desemprego (Brenner, 2003). Para Jorge Beinstein, a dinâmica geral da crise que se desdobra desde meados de 1970 está na imbricação profunda entre a desaceleração do crescimento econômico global presente, desde o último quartel do século XX, o crescimento da dívida pública dos países mais avançados do capitalismo global com a consequência de déficits fiscais exorbitantes, a crescente financeirização das grandes empresas, a transformação da periferia em área de ganhos rápidos em benefício dos grandes grupos transnacionais, a hipertrofia financeira dominando a economia mundial e a expansão de um amplo leque de “negócios ilegais” (drogas, tráfico de armas etc.) estreitamente vinculados aos negócios financeiros, mas também ligado a empresas produtivas legais e a Estados centrais e periféricos (2001, p. 103). Sobre o primeiro tópico, ele salienta que a prosperidade do pós-guerra terminou no início da década de 1970. Desde então o crescimento da economia mundial foi se desacelerando década após década. A taxa de variação anual Produto Mundial Bruto alcançou uma média de 4,5% entre 1970 e 1979, desceu para 3,2% entre 1980 e 1989 e para 2,9% entre 1990 e 1999 numa clara tendência

que se desdobra desde meados de 1970 é *fundamentalmente* uma crise *estrutural* que se manifesta em quatro aspectos principais (2006, p. 796): 1) seu *caráter é universal*, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este e não àquele tipo de trabalho com sua gama específica de habilidade e graus de produtividade etc.); 2) seu *alcance é verdadeiramente global* (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as crises no passado); 3) sua *escala de tempo é extensa, contínua, se preferir, permanente*, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital; 4) em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu *modo de se desdobrar* poderia ser chamado de *rastejante*, desde que acrescentemos a ressalva de quem nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro: a saber, quando a complexa maquinaria agora ativamente empenhada na “administração da crise” e no “deslocamento” mais ou menos temporário das crescentes contradições perder sua energia.

Mészáros caracteriza a crise estrutural como a ativação dos limites *absolutos* do capital. Ao longo de seu desenvolvimento histórico, o capital tem deslocado suas contradições a patamares cada vez mais elevados sem nunca os resolver já que sua resolução significaria superar o capital. Entretanto, desde meados de 1970, a auto-expansão do capital que possibilita a criação de riqueza social está fundindo devido ao bloqueio sistemático das partes constituintes vitais da produção, consumo e circulação/distribuição/realização. Essa tripla dimensão interna do capital exhibe perturbações que pressagiam uma *falha na função vital* de deslocar as contradições acumuladas do sistema com efeitos, no mínimo, catastróficos. Assim, com o aprofundamento da crise estrutural, todas as vias amortecedoras de conflitos serão

---

descendente. A baixa iniciada em 1970 pôde ser suavizada nos anos 80 pelo dinamismo do Japão e seus seguidores, os tigres asiáticos, cujo primeiro pelotão era formado por Taiwan, Coréia do Sul, Cingapura e Hong Kong. Esse processo se apoiou nas estratégias de exportação beneficiadas pela perda de competitividade dos EUA. De qualquer forma, na década de 1990 a economia japonesa foi se estagnando. Mesmo assim, na Ásia Oriental países como Filipinas, Indonésia, Malásia e a China aproveitaram o ciclo expansivo na esteira da melhora do crescimento dos EUA, ainda que com um déficit comercial e um aumento do endividamento público. Portanto, a “solução” encontrada pela desaceleração econômica foi o crescente endividamento, numa crescente simbiose entre os interesses financeiros e o Estado que se encontra numa progressiva crise fiscal.

objetivamente bloqueadas. Para a auto-reprodução ampliada do capital é necessária uma auto-renovação no consumo. As possibilidades do capital de encontrar novos caminhos para assegurar esse processo começaram a ser bloqueados sistematicamente desde 1970, numa crescente incapacidade de atender sua necessidade de auto-expansão. Como consequência geral, ao não conseguir cumprir suas funções reprodutivas básicas, o sistema do capital não consegue mais produzir amplamente os recursos para a própria existência, muito menos para se expandir.

Portanto, poderíamos enfatizar os limites absolutos do capital continuam operantes todo o tempo, com custos sociais e naturais cada vez mais altos, possibilitando a própria eliminação de parte da humanidade para garantir a sobrevivência do capital enquanto metabolismo social global seja pela fome, por novas formas de apartheid com a construção de muros por todo o mundo, pela depreciação progressiva das condições socioeconômicas dos trabalhadores, pela estagnação salarial, pelo desemprego crônico, etc. Em outras palavras, com o esgotamento da capacidade “positiva” de acumulação e expansão do capital, ainda mais pelos pobres incrementos constantes de produtividade do trabalho, se aceleram a superprodução de mercadorias em nível global que necessitam ser consumidas para realizar o valor auto-expansivo do capital. Como resultados desse processo, *se finalizam progressivamente as possibilidades de crescimento com desenvolvimento na sociedade capitalista*, fazendo com que a sobrevivência continuada do capital dependa da *depressão contínua das condições de vida dos trabalhadores* (num nível ainda mais radical nos países menos desenvolvidos passando dos formais assalariados aos informais, terceirizados e dos desempregados); um desperdício institucionalizado sob o encurtamento da aceleração da vida útil das mercadorias, serviços, instalações, maquinarias; um acirramento da competição internacional; posturas cada vez mais ofensivas do imperialismo dos EUA para assegurar as contradições globais do capital; um desenvolvimento tecnológico do controle social e sua expansão em formas punitivas que ultrapassam os limites do encarceramento e, não menos sintomático; a introdução progressiva de medidas excessivas do Estado nas democracias liberais como medidas normais de governo.

Outra importante manifestação da atual crise é a financeirização do capital. Ela estabelece uma maior “organicidade” no processo de expansão e acumulação. Para Marx,

o processo de financeirização global do capital tem como consequência uma “redimensionalidade” do processo de produção capitalista. Esse *limite* do modo de produção capitalista se dá, entre outros, pela transformação do capitalista industrial num diretor assalariado sob uma progressiva auto-organização dos trabalhadores devida às transformações técnicas e organizacionais do processo de produção. Isso não quer dizer que exista uma mudança qualitativa na divisão hierárquica entre capital e trabalho na produção. Ao contrário, quer dizer que a representação do capital na produção se *desvanece*, “harmonizando” o antagonismo de classe situado no coração do campo produtivo. É a passagem da política para a técnica que procura, organizacional e ideologicamente, ofuscar a impossibilidade objetiva de relativa melhora histórica das condições sociais da classe trabalhadora com o aprofundamento da crise estrutural numa espécie de “internalização do fim da história”, considerada por Marx a etapa mais fetichista do sistema do capital.

## **II. Financeirização global**

Vamos trabalhar esses dois processos com mais calma: a financeirização global tendo como consequência o desvanecimento do capitalista industrial sob a “síntese final” do capital e a auto-organização e intensificação do trabalho. Esses processos *contemporâneos* trazem uma nova visibilidade para o pensamento de Marx sobre o desdobramento do modo de produção tanto na relação do capital consigo mesmo como do capital em relação ao trabalho.

Como salienta Marx, com o desenvolvimento do sistema financeiro global são formadas “sociedades de ações”. Em contraposição a essas “massas concentradas” emergem as “cooperativas” globais baseadas num trabalho cooperativo, intensivo e complexo que, para superar as rígidas hierarquias do trabalho, necessita transformar os capitalistas industriais clássicos em “meros diretores” no sentido de harmonizar o horizonte das *determinações antagônicas de classe* que acabam por ser reduzidas a conflitos individuais e, conseqüentemente, individualmente remediáveis. As contradições da realidade social se “desvanecem” transferindo ao indivíduo os encargos criados socialmente. A culpa da crise é transferida ao trabalhador individual que se torna, assim,

o portador do risco de seu próprio trabalho, ganhando ou perdendo individualmente com seus atos. Essa individualização do trabalho é acompanhada pela “unificação empresarial” onde os conflitos de classe são transpostos, do ponto de vista do capital, para o “compromisso democrático” onde todos são aparentemente participantes iguais da empresa. Para essa transformação é seminal uma confusão entre a produção e a distribuição onde, ao se considerar natural e eterna a condição assalariada se constrói mecanismos que se direcionam para uma individualização dos meios de distribuição tendo, como conseqüências centrais, a fragmentação de classe e, ainda mais importante, a internalização dos objetivos da empresa como objetivos do trabalhador. Como escreve Mézáros, na estrutura do discurso sobre a “unidade” e “unificação” racionalmente adotada, é omitida de maneira tendenciosa a relação antagônica de classe perdendo a visibilidade da dimensão mais importante (a *divisão social hierárquica do trabalho estruturalmente imposta*) que se transubstancia numa *divisão puramente técnica do trabalho* e que não pode, é claro, ser questionada por nenhuma pessoaal mentalmente sã (Mézáros, 2009, p. 180). Como conseqüência, o conceito de *mediação conflitiva* é subsumido sob uma idéia de equilíbrio, ignorando o fato de que, mesmo quando prevalece uma aparência de equilíbrio, esta já opera sob o *impacto causal das relações de poder material e político* dado que favorecem a ordem dominante (idem, p. 186).

Segundo Marx, com o desdobramento máximo do modo de produção capitalista sob o processo de financeirização mundial, a condição de *assalariado* também é dada ao capitalista industrial em relação ao capitalista financeiro e bancário. É uma “*nova configuração*” do capitalismo que, lembremos, além de não superar o antagonismo estrutural de classe, não torna o capitalista assalariado um trabalhador que aliena sua força de trabalho. Ao contrário, é uma nova forma de personificação capitalista ainda mais fetichista onde o capitalista ativo se torna um mero diretor do processo de produção. O famoso “patrão” – o capitalista industrial – some do campo simbólico do trabalhador harmonizando, dessa forma, o conflito de classes. Essa progressiva transformação do capitalista industrial em assalariado se inicia com o capital se reproduzindo predominantemente na esfera financeira reduzindo, dessa forma, o capitalista industrial a mero acumulador de propriedade sobre o trabalho. Por isso que, para Marx, o desenvolvimento máximo do modo de produção capitalista se apresenta quando o capital

financeiro subordina o capital industrial e comercial. Essa subordinação, entretanto, não retira a condição orgânica do sistema do capital. Pelo contrário essa transformação não cria uma esfera financeira dominante e uma esfera produtiva dominada independente, mesmo que muitas vezes ambas tenham estratégias diferenciadas.

Esse processo pressupõe a criação das condições econômicas e políticas para a consolidação de um verdadeiro mercado mundial do dinheiro, que abriu uma nova fase de financeirização da economia global – expressa predominantemente a partir da metade da década de 1960. Como escreve Francisco Teixeira, essa fase é expressa por: (1) no declínio da moeda e dos depósitos bancários enquanto fontes de financiamento do processo de acumulação; (2) na desintermediação financeira, por conta da expansão das técnicas mediante a emissão de títulos, que passaram a substituir os empréstimos bancários convencionais; (3) na ampliação das funções financeiras no interior das corporações produtivas; (4) na transnacionalização de bancos e empresas; (5) na interdependência de taxas de juros e de câmbio; (6) no déficit público endogeneizado, isto é, financiado mediante a emissão de títulos públicos renegociáveis do mercado de capitais; (7) na compra e venda de corporações como um negócio específico das empresas produtivas; (8) nas fusões como modalidade mais importante de investimento; (9) na natureza multifuncional, multissetorial e multifuncional das grandes corporações que operam no mercado mundial; e (10) na permanência do dólar como moeda estratégica mundial (2008, p. 40). Em consequência de todas essas transformações, as empresas não se configuram mais como unidades particulares de capital perdendo sua independência relativa. Como escreve François Chesnais, a companhia transnacional está assumindo, cada vez mais, o papel de regente da orquestra em relação a diversas atividades de produção e transações tanto interna quanto externa às companhias que, mesmo que incluindo ou não um investimento de capital, o objetivo consiste em promover seus interesses globais (Chesnais, 1996, p. 69). Ou ainda como salienta Teixeira, essas companhias apagam as fronteiras setoriais da economia uma vez que sua estratégia de atuação abstrai as formas concretas em que investe seu capital. Elas deixam de ser cada vez mais uma empresa predominantemente industrial ou de serviços, bem como companhia bancária ou financeira adquirindo, dessa forma, uma extrema mobilidade de modo a permitir à direção do centro (grupo congregando várias filiais sob

o controle de um centro de decisão financeiro chamado *holding*) investir ou desinvestir massas de capitais de acordo com as exigências de valorização do mercado (2008, p. 41).

A partir de então, não há mais domínio de uma fração do capital sobre as demais, pois cada unidade de capital (empresa) opera simultaneamente como capital-dinheiro, capital produtivo e capital-mercadoria. Essas diferentes formas de existência do capital não estão mais subsumidas ao capital financeiro, pois *o capital se tornou uno*, sem formas empiricamente distinguíveis. Consequentemente, a categoria de “capital em geral” volta a ser a única forma de existência do capital. Nesse sentido, essa categoria é bem mais apropriada do que a de capital financeiro para dar conta das novas determinações do capitalismo contemporâneo. Até mesmo do ponto de vista de suas implicações políticas, a categoria capital, em geral, traduz com mais precisão o capitalismo de hoje. Com efeito, quando se fala do capital financeiro, a impressão que vem à mente é a de que se trata de uma forma especulativa do capital, que impede a expansão do capital industrial e, assim, a geração de riqueza e de postos de trabalho. Ora, na sua nova configuração, o capital industrial é tão especulativo quanto o é o capital financeiro. Prova disso é o fato de que 40% dos lucros das grandes corporações industriais japonesas, por exemplo, são provenientes de atividades não operacionais, isto é, são produtos de especulação no mercado financeiro. É, portanto, um erro político acreditar que o combate ao capital financeiro recolocaria a economia nos trilhos da prosperidade, como acreditam aqueles que vêem no neoliberalismo a causa da crise do capitalismo (idem, p. 43).

A financeirização econômica não é uma autonomização do dinheiro fictício, por mais que aparentemente se crie dinheiro magicamente a partir de dinheiro sem relação alguma com a produção. Para Pierre Salama, existem dois movimentos e funcionalidade do capital financeiro: as relações “virtuosas” e “viciosas” das finanças em relação ao processo de produção. A primeira emerge quando a produção atinge certa dimensão, complexidade e sofisticação significativa tornando o setor financeiro necessário para o financiamento dos investimentos na produção. Ele é útil para atenuar os riscos de variação das taxas de câmbio e de juro além de absorver provisoriamente fundos que no futuro serão investidos. A segunda, eminentemente *negativa*, emerge quando os custos (retirados da mais-valia criada pela empresa) sobre os pagamentos que envolvem empréstimos, juros e/ou dividendos predominam em relação ao financiamento pelo mercado. Quando o peso dos ativos financeiros numa empresa se torna considerável, existe uma grande probabilidade de que essas atividades se realizem em detrimento da atividade principal se desenvolvendo conforme os diferentes ramos da economia (2002, p. 116). Entrementes, a meu ver, a questão é que esses dois movimentos se realizavam como num pêndulo enquanto as crises do capital eram conjunturais ou, em outras

palavras, o capital se encontrava numa ascendência histórica. Eram dois momentos de um mesmo processo de acumulação e expansão do capital. Entretanto, desde meados de 1970 se iniciou algo substancial na transformação do capital que finalizou sua ascendência histórica. Além disso, com o processo de financeirização global, impulsionado após o fim do lastro do ouro ao dólar articulada pelos Estados Unidos, a novidade histórica que se abre é a inexistência de qualquer padrão objetivo de valor para a determinação do preço do dinheiro no mercado financeiro internacional. Essa transformação influenciou profundamente a valorização do capital que encontrou uma expansão sem precedentes das atividades financeiras como uma das manifestações da crise estrutural do capital global. Com grandes atrativos para as empresas industriais, as finanças contornam o globo atraindo dinheiro que, aparentemente, cria mais dinheiro. As empresas que retornavam parte de seu lucro para investimentos na produção passaram a investir relativamente alto no mercado financeiro “quebrando” o pêndulo cíclico entre finanças e produção em detrimento radical deste último, exatamente pela incapacidade de superar a crise crônica de superprodução de capital que emerge a partir de meados de 1970<sup>2</sup>.

Com a competição global (emergência econômica do Japão e da Europa Ocidental em detrimento dos Estados Unidos), as altas taxas de lucro vistas entre 1945 e fim da década de 1960 nos países mais avançados começaram a declinar e, pela incapacidade do campo produtivo proporcionar a taxa de lucro necessária, o deslocamento para o canal financeiro foi uma consequência necessária diante da compressão da lucratividade geral com uma acirrada competição internacional. Nesse sentido, o processo de financeirização trouxe um desvio crescente de fundos da produção e emprego fazendo com que, progressivamente, a economia global dependesse cada vez mais da financeirização para o crescimento. Entre 1980 e 1992, por exemplo, a formação de capital fixo cresceu numa taxa anual de 2,3% enquanto os ativos financeiros cresceram 6%. O volume diário total de transações financeiras globais em 1983 era de 2,3 bilhões passando, em 2001, para 130 bilhões<sup>3</sup>. Nos EUA nos anos 1960 os lucros financeiros eram cerca de 15% de todo o

---

<sup>2</sup> Esse processo também é acompanhado por uma concentração de renda crescente: para utilizar um dado recente, entre 2000 e 2006, nos EUA os 10% mais ricos da população viram sua renda crescer 32% enquanto a média dos trabalhadores caiu 1,1% em termos reais sob um crescimento de 18% da economia. No caso do 1% mais rico, o crescimento foi de 203% e, para o 0,1% mais alto da pirâmide de renda, houve o estrondoso aumento de 425%.

<sup>3</sup> Como escreve Chesnais, “entre 1992-1994, o capital terminou de destruir os entraves essenciais a sua liberdade de movimentação e sua capacidade de exploração dos proletários. A partir de 2000, a plena

lucro doméstico. Hoje passam de 40%. Enquanto isso, o setor manufatureiro que já teve cerca de 50% de todos os lucros domésticos agora tem menos de 15%.

Uma tendência que acompanha esse processo é que o retorno do capital não pode mais ser marcado apenas no final do mês – considerando os custos (a partir de 1970 praticamente estagnados) com salários, equipamentos e organização da produção. Agora, a reprodução do dinheiro também deve ser feita em *milissegundos* pelos últimos desenvolvimentos técnicos das Bolsas em nível mundial num rito que passa dia e noite, verão e inverno, chuva e sol. Não é à toa que estamos presenciando um aumento progressivo das chamadas transações de “alta frequência”. Elas têm como objetivo extrair lucros negociando pequenos números de ações de diferentes empresas, entre diferentes plataformas de transação, sob velocidades muito elevadas. Essa “latência” requer a atualização constante dos índices micro-econômicos dos computadores que, segundo Stephen Ehrlich, presidente-executivo da Lightspeed Financial, “são na prática os formadores do mercado agora”. Segundo estimativas, as operações de alta frequência respondem por até 73% do volume diário de transações com ações nos Estados Unidos em 2009, ante 30% em 2005.<sup>4</sup> Esse tipo de operação que é executada na ordem de milissegundos é consequência direta do avanço técnico na transação de ações: plataformas eletrônicas operadas nas bolsas Nasdaq OMX e NYSE Euronext; redes de comunicação eletrônica, aumento dos foros anônimos de negociação (os famosos “dark pools” que operam fora do mercado convencional). Com a possibilidade de absorção de altas taxas de liquidez a partir desse desenvolvimento técnico do sistema financeiro internacional e a progressiva transformação produtiva rumo a “empresa enxuta”, a

---

incorporação da China ao sistema parece abrir-lhe um longo período de expansão, mas, para parafrasear Marx, o capital já vê levantar-se, de novo e a uma escala ainda mais imponente, as mesmas barreiras. Ele está às suas voltas com suas contradições clássicas elevadas, agora, ao nível mundial, sendo uma de suas formas o abismo existente entre o montante de capital fictício (as pretensões de divisão da mais valia por possuidores de ações e títulos da dívida), de um lado, e a real capacidade da acumulação produtiva de sustenta-lo, por outro, mesmo com uma taxa de exploração intensificada” (Chesnais, 2007, p. 13).

<sup>4</sup> Como diria Marx, emergem “novos parasitas financeiros”. Esses parasitas recebem hoje nos Estados Unidos cerca de US\$ 0,25 por transação de cada ação cujo único objetivo é a movimentação do dinheiro e não trazer lucros. Por um “salário da liquidez”, a transação financeira se torna um ato em si. Esse ato em si propicia com que outros indivíduos paguem mais por uma ação de forma autônoma. Como disse Joe Macane, vice-presidente de administração de ações norte-americanas na NYSE Euronext, “a cultura do mercado de ações vem sendo a de que aqueles que fornecem liquidez recebem pagamento, enquanto aqueles que a utilizam pagam por isso. Isso oferece um incentivo àqueles que fornecem liquidez” (Folha, 29 de julho de 2009, B8). É a prática conhecida como “flashing prices” onde os investidores já sabem os preços que outros agentes financeiros estão dispostos a comprar ou vender ações. Os investidores são providos com informações atualizadas sobre as ações asseguradas por outros investidores.

balança entre investimentos produtivos e finanças começa a pender predominantemente para as finanças facilitando a passagem de uma produção voltada para a criação de “riqueza social” típica da fase ascendente do capital para a “produção destrutiva”, que descreve Mézáros, sob o signo de um desperdício institucionalizado e uma progressiva queda da vida útil das mercadorias para uma aceleração da realização do valor do capital sob um uso imprudente e destrutivo dos recursos produtivos do sistema estabelecido numa contradição explosiva entre o imperativo objetivo *de autoexpansão ilimitada do sistema e os limitados recursos naturais* disponíveis para a humanidade.

A financeirização das empresas tende a se desenvolver quando o diferencial de rentabilidade entre as aplicações financeiras e o investimento produtivo é grande e ao mesmo tempo inexistente. Esse diferencial de rentabilidade leva as empresas a investir mais do que antes nos instrumentos financeiros e a investir menos na atividade principal e, ao fazer isso, a se financiar. Portanto, de maneira paradoxal, o forte crescimento das Bolsas traduz, sobre o investimento produtivo, um efeito negativo. A financeirização das empresas se dá em detrimento dos investimentos e indiretamente em detrimento do emprego e/ou dos salários lembrando que, sob o pano de fundo desse processo, de desdobra a crise estrutural do capital. Com os excedentes financeiros sendo aplicados em instrumentos financeiros, a balança se torna progressivamente desfavorável ao investimento produtivo. Em tempos de crise financeira essa projeção aumenta ainda mais com as pressões para a flexibilidade do trabalho. Segundo Salama,

produto da crise, o aumento da flexibilidade do trabalho é buscado então como condição de sua superação. A recuperação da Bolsa tem como contrapartida a queda da massa salarial. A reorganização das empresas, enfraquecidas pela crise, se traduz no emprego de modos de gestão da força de trabalho mais flexíveis do que antes. O trabalho precário e a intensidade do trabalho se desenvolvem, com a utilização de formas de organização do trabalho que visam reduzir os tempos mortos e valorizar mais os equipamentos existentes (idem, p. 83). É essa decisão entre investimento e finanças que pesa sobre os modos de gestão da força de trabalho num contexto de abertura e de liberalização radical e rápida do conjunto dos mercados. Em outras palavras, a pressão para formas de flexibilidade numérica e funcional mais acentuadas, uma estabilização ou até mesmo uma regressão dos salários reais pelo jogo de contratações mais precárias que os empregos anteriores e finalmente o aumento do desemprego, facilitado pela desregulamentação do mercado de trabalho, não podem ser compreendidas sem levar em conta o comportamento condicionado das empresas em um contexto de liberalização da economia e de expansão financeira. O forte crescimento da capitalização das Bolsas e a divisão funcional de

rendas mais concentradas são produto de um mesmo processo: um não pode ser compreendido sem o outro (idem, p. 54).

A financeirização freia a taxa de investimento na produção, introduzindo uma pressão suplementar sobre o processo de valorização que permite a expansão do capital pela aplicação de novas formas de flexibilização na gestão da força de trabalho. Financeirização do capital e flexibilização do trabalho são processos que caminham juntos com o mesmo objetivo: a auto-expansão do capital numa crescente amplitude e intensidade independentemente das conseqüências sociais e ecológicas envolvidas.

As exigências do mercado mundial, baseadas numa maior qualidade e diversidade dos produtos, impõem modificações nas estratégias das empresas (produção *just-in-time*, estoque zero, qualidade e busca de diferenciação do produto fabricado) levando muitas delas a transformar suas linhas de produção procurando por em prática unidades flexíveis mais centradas no compromisso dos trabalhadores com a empresa e em sua colaboração dentro de equipes além de recrutar trabalhadores com níveis de qualificação superiores expandindo o trabalho polivalente e multifacetado. No mundo do trabalho contemporâneo, as organizações flexíveis buscam uma intensificação do ritmo do trabalho; maior participação dos trabalhadores na organização e no controle do processo; maior responsabilidade dos trabalhadores; envolvimento necessário dos trabalhadores na empresa; redução dos conflitos entre empregadores e trabalhadores; organização do trabalho com base em equipes e células, minifábricas, polivalência e multifuncionalidade (Salama, 2002, p. 119). Essas transformações no mundo do trabalho têm ligações complexas com o sistema financeiro e bancário mundial. A amplitude dessas relações é mediada pelo processo que Marx chamou de “desvanecimento do capitalista industrial”.

### **III. A transformação do capitalista industrial em mero dirigente**

Segundo Marx, com o desenvolvimento máximo da produção capitalista emergem “sociedades por ações”: a dimensão *negativa* do processo de financeirização. Elas se dão pela expansão imensa da escala de produção e das empresas, sendo impossível atingi-las por capitais individuais.

O capital que, por natureza, assenta sobre modo social de produção e supõe concentração social dos meios de produção e de forças de trabalho, assume então diretamente a forma de capital social (capital de indivíduos diretamente associados) em oposição ao capital privado, e as empresas passam a ser sociais em contraste com as empresas privadas. É a *abolição do capital como propriedade privada dentro dos limites do próprio modo capitalista de produção* (2008, p. 582, 583).

Esse encontro com os limites do modo de produção capitalista trás a transformação do capitalista realmente ativo em “*mero dirigente*, administrador do capital alheio, e dos proprietários de capital em puros proprietários, simples capitalistas financeiros” (idem, p. 583). Entretanto, o desvanecimento da representação do capital torna, num primeiro momento, o corpo social do trabalho “*sem transcendência*”, degradando as mediações conflituosas que produz os sintomas da luta de classes. Em outras palavras, faltam elementos para a criação de conflitos pelo desvanecimento da autoridade simbólica do capitalista, acarretando num primeiro momento uma analfabetização do corpo político, chegando ao ponto de não se saber ao certo acerca da própria existência de um corpo político para articular a luta econômica. O que esse processo trás de novo para o capitalismo é a *despersonificação do capitalista no campo produtivo*: é o que Marx chamou de “a mistificação do capital na forma mais contundente” (idem, p. 521). Dessas condições, o capitalista ativo como tal fica existindo apenas como um funcionário “especial” da empresa. Nas palavras de Marx, “o capitalista desaparece do processo de produção como *figura supérflua*” (idem, p. 513). Isso porque, com a financeirização global, a relação entre os capitalistas se transforma radicalmente:

Confrontado com o capitalista financeiro, o capitalista industrial é trabalhador, mas um *trabalhador capitalista*, ou seja, *explorador do trabalho alheio*. *O salário que exige e embolsa por esse trabalho é exatamente igual a quantidade de trabalho alheio de que se apropria e depende diretamente* – do grau de exploração desse trabalho e não da intensidade do esforço que emprega nesse exploração e que pode transferir a um dirigente com remuneração moderna (idem, p. 512).

Continuando com Marx:

Este resultado do desenvolvimento máximo da produção capitalista é uma fase transitória que levará o capital necessariamente a *reverter à propriedade dos produtores não mais, porém, como propriedade privada de produtores individuais, e sim como propriedade dos produtores na qualidade de associados, propriedade diretamente social*. Nesta fase transitória todas as funções do processo de reprodução ainda ligada até agora à propriedade do capital se transformarão em simples *funções* dos produtores associados, em funções sociais (ibidem, p. 583).

Marx também lembrou que não existe luta de classes entre os capitalistas financeiros e industriais. Eles fazem parte de uma mesma classe e, mesmo que tomem formas de decisão diferentes e com ímpetos até mesmo contrários, atuam para a reprodução ampliada do capital. Enquanto o capitalista industrial busca uma taxa de lucro pela mais-valia produzida pela totalidade do trabalho social (pela relação entre essa mais-valia e valor do capital todo e pela concorrência pelo movimento que possibilita os capitais extrair a mais-valia diferentemente), o capitalista financeiro se reproduz a partir de sua relação na maioria das vezes meramente técnica com a mercadoria universal: o dinheiro. Como escreve Marx:

No mercado financeiro confrontam-se apenas emprestadores e prestatários. A mercadoria aí tem forma invariável, a de dinheiro. *Desvançam-se todas as figuras particulares do capital, segundo os ramos particulares de produção ou circulação em que se aplica.* Passa o capital a existir na *figura que não se diferencia*, do valor autônomo, sempre igual a si mesmo – o dinheiro. *Anula-se a concorrência entre diversos ramos, procurando todos conjuntamente tomar dinheiro emprestado, e o capital confronta-os todos na forma em que não lhe importa a maneira como vai ser empregado.* O capital em si como fator comum de classe, qualidade que o capital industrial só revela no movimento e na concorrência entre diferentes ramos, aparece então, com a força toda, na procura e oferta de capital. No mercado financeiro, o capital-dinheiro ostenta efetivamente a figura em que se reparte, como elemento comum, seja qual for seu emprego particular, pelo diferentes ramos, pela classe capitalista, de acordo com as necessidades de produção de cada ramo. Acresce que, com o desenvolvimento da indústria moderna, o capital-dinheiro, ao aparecer no mercado, é *cada vez menos representado pelo capitalista isolado*, pelo dono desta ou daquela fração do capital existente no mercado, e cada vez mais constitui *massa concentrada*, organizada, que, distinguindo-se totalmente da produção real, encontra-se sob controle dos banqueiros que representam o capital social (idem, p. 488, 489).

O processo produtivo se torna um apêndice necessário que assegura a continuidade do processo de produção de juros já que “a conservação – e, nesse caso, a reprodução – do valor dos produtos de trabalho passado resulta *apenas* de seu contato com o trabalho vivo” (idem, p. 528). Dessa forma, o capitalista perde progressivamente sua autoridade simbólica fazendo apenas o papel de uma “*mediação desvanecente*”. Essa transformação decorre do lucro assumindo a “pura forma de juro” já que, por esse caminho, tais empresas de ações se reproduzem pela “autonomização” do valor de troca. Aí o juro se revela o “fruto genuíno do capital, o elemento original” enquanto o lucro do empresário é um “mero acessório, aditivo que acrescenta ao processo de reprodução”.

O capital fictício se reproduz como uma *coisa* e não como uma relação social. Na forma de capital mercantil existe uma dialética na unidade de suas fases opostas, movimento irreduzível que se decompõe em suas ocorrências contrárias: a compra e a venda de mercadorias. No capital fictício essa relação desaparece tomando a forma dinheiro que gera mais dinheiro, “valor que se valoriza a si mesmo sem o processo intermediário que liga dois extremos” (idem, p. 519)<sup>5</sup>. Então, para Marx, com o desdobramento da financeirização global o referente do capitalista industrial se desvanece do campo produtivo abrindo as condições para a etapa mais fetichista do capital com o crescimento “sem taxa natural” do capital fictício. O resultado desse processo é a modificação dos padrões do trabalho na fábrica que, nas últimas décadas, vem passando por uma reestruturação radical. Tratando de aspectos mais específicos dessas transformações, Marcia Hespanhol escreve que hoje a idéia difundida na empresa contemporânea é que seus empregados tenham uma inserção mais participativa na organização. O trabalhador passa de meros executores de tarefas predeterminadas para se tornarem “colaboradores”, de quem se espera opiniões e sugestões. Essas propostas teriam como objetivo com que todos os trabalhadores tivessem uma maior satisfação num lugar onde as divisões de classes teriam desaparecido. A organização gerencial, extremamente verticalizada no modelo taylorista, se modifica numa horizontalização sob a eliminação de diversos níveis hierárquicos intermediários e com delegação de responsabilidade para os trabalhadores da base. Criam-se espaços onde os trabalhadores *devem* opinar e dar sugestões sobre a produção, entre os quais, se destacam os Círculos de Qualidade (QQC) que é parte central da “japoneização” do mundo do trabalho ocidental (idem, p. 26, 27). Em outras palavras, o antagonismo entre capital e trabalho se mascara sob novas formas organizativas onde o trabalho torna-se mais cooperativo para atender os imperativos existenciais do capital de acumulação e expansão. Como diria

---

<sup>5</sup> Com esse processo de “subordinação” do capital financeiro ao industrial e comercial, as instituições financeiras globais se tornam as norteadoras do capitalismo e, assim, pressionando o Estado para intervir quando necessário. A atualidade de Marx se mostra intempestiva na seguinte citação que demonstra o desdobramento desse processo como “a negação do modo capitalista de produção dentro dele mesmo, por conseguinte uma contradição que se elimina a si mesma, e logo se evidencia que é a fase de transição para nova forma de produção. Esta fase assume assim aspecto contraditório. Estabelece o monopólio em certos ramos, *provocando a intervenção do Estado*. Reproduz nova aristocracia financeira, nova espécie de parasitas, na figura de projetadores, fundadores e diretores puramente nominais; um sistema completo de especulação e embuste no tocante à incorporação de sociedades, lançamento e comércio de ações. Há produção privada, sem o controle da propriedade privada” (idem, p. 585).

Marx, “desaparecem então todas as normas, todas as justificações ainda mais ou menos válidas no modo capitalista de produção... concepções que ainda tinham sentido em fase menos desenvolvida da produção capitalista tornam-se por completo caducas...a expropriação agora vai além dos produtores diretos, estendendo-se aos próprios capitalistas pequenos e médios” (2008, p. 586). É a chamada “produção enxuta” que emerge no último quartel do século XX onde as empresas deixam de lado a preocupação com o trabalho em si se deslocando progressivamente para a forma de “organização” que possibilite maximizar os declinantes lucros. De acordo com Dejours, afora o objetivo principal do lucro, o que caracteriza uma empresa hoje não é mais sua produção ou seu trabalho (2000, p. 41).

Esse “deslocamento qualitativamente essencial” é a passagem onde Marx caracterizava uma “nova configuração” do capitalismo. O capitalista industrial se torna um gerente que busca a auto-organização do trabalho devida sua perda de autoridade para implementar as hierarquias militares próprias das outras etapas do desenvolvimento do capitalismo. A passagem da preocupação do capitalista da produção do trabalho a organização do trabalho é correlata à passagem do conflito político a técnica. Essa passagem, de forma alguma, supera o antagonismo que sustenta a relação estrutural e hierárquica entre capital e trabalho. Ao contrário, essa “nova configuração” afirma o antagonismo de classes mistificando-o sob o caráter cooperativo e polivalente do trabalhador que deve produzir mercadorias só que, agora, podendo chamar o “chefe” pelo apelido e dando sugestões sobre a melhor capacitação do trabalho.

Assim, paradoxalmente, as históricas reivindicações dos trabalhadores se tornam o material para uma maior intensificação do trabalho hoje. Emergem noções, como a de competência que, por individualizar o trabalhador, impõem que assumam seus riscos e fracassos. Também presenciamos um processo de individualização das remunerações que de operários e empregados, além de funcionar como prática de mobilidade sistemática dos assalariados deteriora os nexos de classe entre os assalariados. Como assinada Danielle Linhart, as remunerações são muitas vezes acompanhadas de carreiras individualizadas baseadas em arquivos sobre competência e em programas de formação específicos. São estímulos estritamente individuais dados aos assalariados e que, acrescidos das práticas de polivalência e de mobilidade, trazem uma grande contradição

entre essa individualização e as políticas que visam promover formas mais coletivas de expressão e de trabalho (2007, p. 117) Além disso, com os altos índices de desemprego, as empresas utilizam mecanismos explícitos – como a demissão de trabalhadores com “um espírito reivindicatório exagerado” – como mecanismos mais sutis – como sistemas de sanções, recompensas informais, individualização dos salários – para exercer o processo de cooptação dos trabalhadores aos interesses da empresa. Dessa forma a noção de antagonismo é deixada de lado pela noção de multiplicidade sem causalidade<sup>6</sup>. Isso não quer dizer, de forma alguma, que o trabalhador virou um capitalista, como proclamam alguns. Ao contrário, paradoxalmente, isso significa que o conflito se “harmonizou” com o aprofundamento da crise *estrutural* em parte pelo “desvanecimento” da personificação do capitalista que trazia a tona o conflito de classes no âmbito da produção e pela ascensão fundamental de um discurso social-moral que prega a “unidade” sob a aparência de um sistema de produção funcionalmente “racional” e politicamente “neutro”.

Sabemos que para Marx o capitalista é uma personificação do capital. Aqui defendo uma leitura lacaniana. Na história do capitalismo é o capitalista que suporta a função simbólica que identifica sua pessoa com uma figura que assegura a lei da extração da mais-valia do trabalhador. Assim, o capitalista é, em primeiro lugar, um referencial –

---

<sup>6</sup> Sob esse discurso técnico da “unidade empresarial” não conflituosa entre capital e trabalho, a prática por excelência dessa organização produtiva flexível é o *just-in-time* que se apresenta como um “estado de exceção produtivo permanente”. Com a imposição moralizante e técnica com o ímpeto de autocontrole do trabalhador na “empresa enxuta”, a novidade histórica do toyotismo está no envolvimento dos trabalhadores nas práticas *just-in-time* ao mesmo tempo em que a empresa se baseia nesse envolvimento dos trabalhadores. Além disso, baseada numa “aposta da ética individual” produz uma moral baseada exclusivamente na realização do indivíduo em detrimento dos interesses coletivos, buscando um engajamento dos recursos subjetivos do trabalhador para a produtividade social da empresa sob num novo tipo de vínculo social. Não menos importante, o outro lado do *just-in-time* é a redução de estoques e procuras organizando as funções segundo a lógica ditada pela demanda do mercado. Como sintetiza Linhart, para os empresários ele tem uma dupla virtude: por um lado permite adaptar a produção e a empresa aos novos imperativos do mercado com uma demanda cada vez mais específica e preocupada com a “qualidade total” e, por outro lado, inscreve-se em uma nova filosofia empresarial que preconiza modos de organização mais produtivos, mais rentáveis e sob a exigência da qualidade no centro do processo de produção. Uma das principais práticas é a ausência de estoques que evita a deterioração das peças permitindo descobrir mais rapidamente os lotes defeituosos e tomar as contramedidas necessárias criando as condições para administrar melhor a organização das fábricas e detectar os problemas mais facilmente e, portanto, mais fáceis de serem resolvidos (2007, p. 132). Essas transformações no campo produtivo a partir da substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto ao introduzir técnicas que aumentam a produtividade com o objetivo de ampliar a valorização do capital trazem, inexoravelmente, conseqüências contraditórias para o próprio capital. Como sintetiza Teixeira, “quanto mais se desenvolve a produtividade das forças produtivas, maiores serão as dificuldades de valorização do valor” (2008, p. 104).

um significante – e apenas de forma secundária uma pessoa. O capitalista é o significante da lei da acumulação e expansão do capital. Entretanto, esse Significante-Capitalista é insólito já que sua significação falta no campo do Outro – daí a pergunta “o que o Outro quer de mim? Ele pode me perder?”. Entrementes, a função do capitalista é suportar a ordem simbólica do capital – que quando é posta em xeque necessita da violência do Estado para tentar assegurar a “normalidade”. Com o processo de financeirização do capital, o “referente capitalista”, que é um Significante-Mestre, perde sua *eficácia simbólica* em organizar com autoridade a relação entre todos os outros significantes. O resultado é a inconsistência e instabilidade de toda a cadeia simbólica sob a precariedade do Significante-Mestre em operar a Lei que barra o excesso de gozo. Naturalmente, o capitalista não é indivíduo particular com características pessoais como “gostar de comprar carros de alta velocidade” ou “doar alguns milhões para os pobres na África” e sim um porta-voz de uma Lei que instaura e implica o lugar simbólico daqueles que vivem do trabalho assalariado com consistência e estabilidade. Como personificação da Lei, o capitalista proíbe o gozo do conflito de classes. Nos termos de Eric Santner (1997), esse enfraquecimento simbólico do Significante-Mestre pode ser chamado de uma “crise de investidura”. Seguindo Santner, essa “crise de investidura” consiste numa perda generalizada da eficácia simbólica por parte da autoridade (que se constitui por reprodução dos mitos) por mudanças na matriz fundamental da relação do indivíduo com a autoridade social e institucional, aos modos como a ele se dirigem e como ele responde aos chamamentos do poder e da autoridade “oficiais”. Esses chamamentos são processos de investidura simbólica pelo qual o indivíduo passa a ter um novo status social que modifica sua identidade perante a comunidade – nesses processos os indivíduos “se tornam quem são”. Como a estabilidade política e social (assim como a “saúde” psicológica dos indivíduos) se relaciona com a eficácia das operações simbólicas, uma “crise de investidura” tem o potencial de criar sentimentos de extrema alienação, anomia e angústias associadas ao colapso do espaço social e dos ritos da instituição no núcleo mais íntimo do sujeito.

Como tal, na sociedade capitalista contemporânea, o grande Outro – a ordem simbólica virtual - encarnado em figuras de autoridade, poder, amparo e proteção estão perdendo a eficácia, substituindo a interdição do excesso pelo imperativo do gozo

superegóico. Dessa forma, o aspecto superegóico da empresa “não repressora” está na maneira como o gozo permitido – realização profissional, por exemplo – é necessariamente gozo obrigatório e precisa ser sem restrições por parte do trabalhador. Quanto menos restrições mais flexíveis são os trabalhadores. A conclusão desse diagnóstico nos indica que, para funcionar, por mais que aparentemente de forma anônima, o grande Outro da empresa “financeirizada” precisa desse fluxo de gozo constantemente<sup>7</sup>. Como consequência, a noção de conflito entre “Nós e Eles” é substituída por “Todos da empresa” produzindo “juntos” para a maximização de lucros e sua hipotética melhora individual na distribuição. O “chefe” é substituído pelo “líder” e o assalariado se converte num “colaborador” tornando a empresa uma espécie de coletividade em que, no nível da aparência, não existem conflitos próprios da divisão estrutural Real entre capital e trabalho. Em muitas empresas os chefes e empregados, além de serem rebatizados, dividem o mesmo restaurante, o mesmo uniforme, o mesmo banheiro. A todo custo se busca criar uma coerência da quais todos dividem uma mesma visão de mundo – a visão da empresa como uma família em que todos estão no mesmo barco. Como salienta Antunes, esse modelo é baseado num “envolvimento cooptado” onde a empresa desenvolve mecanismos participativos e envolventes que possibilita a apropriação tanto do “fazer” como do “saber” do trabalhador numa sujeição qualitativamente diferente da era fordista.

No mundo do trabalho contemporâneo se essa exigência não for atendida pelo trabalhador - Trabalhe! Melhor! Mais ainda! - ele tem como sério potencial a entrada traumática na dimensão do desemprego estrutural que afeta a totalidade dos trabalhadores e não apenas um segmento específico além de demonstrar que não está apto à hipercompetitividade que marca profundamente as relações de trabalho hoje.

---

<sup>7</sup> O Ato seria assumir a não-existência do grande Outro que advém da evidência que esse Outro ao que sirvo é uma abstração, um lugar vazio de significação e intenção. Esse Outro não tem projetos para minha vida, não planejou meu futuro ou irá trazer um destino melhor que o existente. Por isso a inconsistência do Outro abre espaço para o Ato. O Ato é puramente negativo, diferentemente da positividade de determinado Significante-Mestre que “harmoniza” o espaço social. Assim, o Ato, ao mesmo tempo, não é baseado na obscuridade do supereu e nem depende da aprovação do Outro. O Ato se legitima por si mesmo, diria Lacan. Assim como Rosa Luxemburgo dizia que não existem condições objetivas perfeitas para a Revolução, o mesmo acontece com o Ato. Quem espera por essas condições espera para sempre. O Ato cria suas próprias condições de acontecimento e não é um evolucionismo etapista que tem em comum com reorganização sintomal a impossibilidade de uma transformação qualitativa no atual estado de coisas. Por essa razão, *a priori* o Ato é sempre impossível, por mais que depois de feito se torne possível reordenando todo o passado existente e modificando as condições de possibilidade e impossibilidade.

Entretanto, uma das marcas fundamentais do capitalismo contemporâneo é a exclusão massiva do trabalho ao mesmo tempo em que, para aqueles que trabalham a demanda por mais trabalho não para. Trabalho demanda mais trabalho – e o capitalista desvanecido não pode deixar de demandá-lo incansavelmente.

## **Bibliografia.**

- ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo, Cortez, 1995.
- \_\_\_\_\_. Os sentidos do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.
- BERNARDO, Marcia Hespanhol. Trabalho duro, discurso flexível: uma análise das contradições do toyotismo a partir da vivência de trabalhadores. São Paulo, Expressão Popular, 2009.
- CHESSAIS, François. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.
- \_\_\_\_\_. As contradições e os antagonismos próprios ao capitalismo mundializado e suas ameaças para a humanidade. Revista Outubro n.16, São Paulo: Alameda, 2007.
- DEJOURS, Christophe. A banalização da injustiça social. Rio de Janeiro, FGV, 2000.
- HARVEY, David. O neoliberalismo: história e implicações. São Paulo, Edições Loyola, 2008.
- LACAN, Jacques. O Seminário 20: Mais, ainda. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2008.
- \_\_\_\_\_. O Seminário 18: De um discurso que não fosse semblante. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2009.
- LINHART, Danielle. A desmedida do capital. São Paulo, Boitempo, 2007.
- MARX, Karl. O capital. São Paulo, Editora Nova Cultural, 1996, Vol. I e II.
- \_\_\_\_\_. O capital: crítica da economia política, livro terceiro: o processo global de produção capitalista, volume V. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.
- \_\_\_\_\_. O capital: crítica da economia política, livro terceiro: o processo global de produção capitalista, volume VI. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.
- MÉSZÁROS, István. Para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2006.
- \_\_\_\_\_. Estrutura social e formas de consciência: a determinação social do método. São Paulo: Boitempo, 2009.
- POCHMANN, M. O emprego na globalização. São Paulo: Boitempo, 2001.
- SALAMA, Pierre. Pobreza e exploração do trabalho na América Latina. São Paulo, 2002.
- SANTNER, Eric. A Alemanha de Schereber. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997.
- TEIXEIRA, Francisco. “O capital e suas formas de produção de mercadorias: rumo ao fim da economia política” in A obra teórica de Marx: atualidade, problemas e interpretações. São Paulo, Xamã, 2000.
- \_\_\_\_\_. & FREDERICO, Celso. *Marx no século XXI*. São Paulo, Cortez, 2008.